

Parte V - Violência, suspeição e subjetividades

Prosopopeia ou o silêncio da psicologia sobre os inocentes

Sylvia Leser

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LESER, S. Prosopopeia ou o silêncio da psicologia sobre os inocentes. In JACÓ-VILELA, AM., CEREZZO, AC., and RODRIGUES, HBC., orgs. *Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 250-260. ISBN: 978-85-7982-061-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PROSOPOPEIA OU O SILÊNCIO DA PSICOLOGIA SOBRE OS INOCENTES

Sylvia Leser *

*Quando não se vê o que não se vê, não se vê
nem mesmo que não se vê.*

Paul Veyne

Procuerei uma desculpa histórica, como convém a este encontro, para os meus papéis e para a minha fala não improvisada.

Clio, a deusa não só da história como da poesia heroica ou da epopeia, está representada no folheto de vocês com um papel na mão: o que significa que a história precisa ser fixada e, sobretudo, fixada de modo artístico. Contar a história, ou o que já passou, não é, pelo menos para os gregos, fazer um relato dos fatos, mas recontá-los de modo que permita ao ouvinte ou ao leitor, tornar-se presente aos acontecimentos narrados, devolver-lhes a inteligibilidade. Daí o sentido profundo da duplicidade da deusa da história: ela é também a musa dos relatos dos feitos heroicos, daqueles que estão na origem dos povos e dos quais uma nacionalidade pode se envaidecer; também há lugar aí para os valores que dão peso e direção aos atos do herói. E, não fossem gregos os gregos, há também as belas palavras. Os discursos fúnebres de louvor aos heróis não constroem apenas a fama deles, mas a fama de Atenas, como sugere Platão no *Menexeno*. Ou, no dizer de uma pesquisadora: “É bem possível de fato que, celebrando uma polis conforme seu desejo, os atenienses tenham sistematicamente elaborado, para uso próprio e para a posteridade, esta figura de si mesmos que, de maneira mais ou menos insidiosa, influenciou e influencia ainda toda a história de Atenas” (LOURAUX, s.d.: 23). Desejo, aqui, louvar também.

* Professora titular do Instituto de Psicologia da USP.

Heródoto, o criador da história no Ocidente, dá o nome de Clio à primeira parte de sua narrativa, que versa sobre as origens arcaicas e míticas das guerras dos atenienses contra os persas. Nada do que conta tem, como hoje aparentemente se exige do historiador, sua fonte em documentos. Ali se misturam informações de toda natureza: lugares de que ele dá testemunho porque os visitou, episódios que ouviu contar, mitos que relata sem explicar sua natureza. Há, também, o que hoje chamaríamos interpretações; ou seja, o narrador se debruça sobre os acontecimentos narrados para extrair deles o seu sentido latente, explicar o que não está, da ótica do narrador, claro ou explícito nos próprios acontecimentos.

Gosto de me abrigar sob esse manto, descansar um pouco da correria científica do nosso mundo ouvindo contar outras histórias, sem a necessidade de estar a todo instante medindo as verdades ali contidas. Gosto da advertência permanente que a história nos faz, do seu poder de dissolução das certezas mais evidentes, e gosto da ideia sensata de que não podemos nos levar muito a sério. Penso que somente o sofrimento, a dor imensa que ocupa todos os espaços do mundo pode ser levada a sério e servir como fundamento para falar do tema, tão amplo, que aqui me coube.

Um país que durante quatro séculos manteve a escravidão como sua forma privilegiada de exploração do trabalho, representa-o de um modo diferente daqueles países que têm uma longa história de homens livres, mesmo que muito pobres. O nosso imaginário relativo ao trabalho está carregado de imagens pesadas e negativas. País essencialmente rural, até há muito pouco tempo, um rural que foi criado e mantido com a força do braço do escravo, não se consegue libertar dessa experiência facilmente. Peço desculpas por evocar aqui um romancista americano, mas que encheu de sentido essa experiência. As extraordinárias novelas de William Faulkner¹ sobre o sul dos Estados Unidos têm como fundamento a sua crença de que a escravidão fez pesar sobre a terra uma mácula, como uma maldição.

¹ Lembro, especialmente, *Go down Moses*.

Suponho que a nossa mentalidade urbana foi construída sobre um substrato rural ainda muito recente e que esse solo está impregnado de imagens em que o trabalho subalterno e extenuante dos escravos, e depois dos imigrantes e dos camponeses pobres que os substituíram, compõem o pano de fundo. A servidão permanece mesmo após o fim legal do trabalho escravo: não podemos esquecer a saga dos miseráveis modernos, que Graciliano Ramos põe diante de nós em suas *Vidas secas*.

A onipresença do trabalho na vida da civilização ocidental, a descoberta do potencial criativo de riqueza que residia nas mãos dos homens e, depois da revolução industrial, seu poder de ordenação e de suporte da inserção dos indivíduos na estrutura social, o valor que lhe foi ideologicamente atribuído —sobretudo pelos que não o realizavam, mas que dele se beneficiavam— têm, em nosso país, um cunho ainda mais repressivo, porque é acompanhado de um profundo desprezo social pelos trabalhadores, que já não se procura mais disfarçar.

Não é possível fazer psicologia ou pensar os temas psicológicos do trabalho, no Brasil, sem ter presente esse pano de fundo. A universalidade do modo de produção capitalista reveste-se, em cada um dos lugares em que se instala, de manifestações próprias da organização da cultura local, dos pressupostos da identidade nacional. Embora haja modos universais de produzir os alimentos agrícolas, os camponeses não têm experiências iguais aqui, na França ou no Japão. Mesmo nas fábricas, onde o caráter universalista da produção é muito evidente, os operários desses três lugares não compartilham do mesmo modo a experiência do trabalho, mesmo porque ela não decorre num vazio social.

É certo que o Brasil não inventou a escravidão, mas aqui ela tomou formas diferenciadas, peculiares, e que variavam até mesmo dentro do próprio país. Do escravo do eito ao escravo doméstico, a servidão era a mesma: objeto possuído, quase sem alma. Mas as condições de vida não eram iguais. Não eram iguais também as disponibilidades psicológicas de cada um dos sujeitos, sua capacidade de suportar a servidão, os limites de sua resistência. O Brasil herdou de Portugal o seu desprezo pelo trabalho.

Gilberto Freire (1943: 396) assim analisa esse desprezo:

Engana-se, ao nosso ver, quem supõe ter o português se corrompido na colonização da África, da Índia e do Brasil. Quando ele projetou por dois terços do mundo sua grande sombra de escravocrata já suas fontes de vida e de saúde econômica se achavam comprometidas. Seria ele o corruptor, e não a vítima. Comprometeu-o menos o esforço, de fato extenuante para povo tão reduzido, da colonização dos trópicos, que a vitória, no próprio reino, dos interesses comerciais sobre os agrícolas. O comércio marítimo precedeu ao imperialismo colonizador e é provável que, independente deste, só pelos desmandos daquele, Portugal se tivesse arruinado como país agrícola e economicamente autônomo. A escravidão que o corrompeu não foi a colonial mas a doméstica. A de negros de Guiné que emendou com a de cativos mouros. Compreende-se que os fundadores da lavoura de cana no trópico americano se tivessem impregnado, em condições de meio físico tão adversas ao seu esforço, do preconceito de que o ‘o trabalho é só pra negro’. Mas já seus avós, vivendo em clima suave, haviam transformado o verbo *trabalhar em mourejar* (grifos nossos).

A história dos escravos e de sua luta pela liberdade só agora está sendo escrita no Brasil. Novas pesquisas, novos pesquisadores, nova história. Os grandes sistemas explicativos socioeconômicos ou políticos, que deixam um enorme vazio no lugar da subjetividade, vão cedendo lugar à procura de algo mais substancial: onde estão os sujeitos daquela história? Como viveram a servidão? Como foi possível, num regime de brutal exploração, a implacável resistência para manter vivas as respostas de suas antigas culturas aos desafios que enfrentavam aqui? As pesquisas atuais sobre a escravidão vêm retomando essas questões de um modo mais aprofundado, não se concentrando somente nos heróis, como Zumbi, mas buscando em crônicas policiais e judiciais as mais variadas, cotidianas e miúdas formas de resistência e de busca de liberdade dos cativos. Até mesmo, como mostrou Sidney Chalhoub, em *Visões de liberdade*, a avaliação de certos “direitos” dos escravos, como o de juntar o dinheiro para comprar a sua própria alforria.

Havia visões escravas da escravidão que transformavam as transações de compra e venda de negros em situações muito mais

complexas do que simples trocas de mercado. Os negros tinham suas próprias concepções sobre o que era o cativeiro justo, ou pelo menos tolerável: suas relações afetivas mereciam algum tipo de consideração; os castigos físicos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo; havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda (CHALHOUB, 1990: 27)².

É, pois, como se tentássemos ver por dentro o sofrimento do escravo, retomar a sua crônica, situar as questões em um terreno em que possam ser inteligíveis, sem reduções desapropriadoras da experiência do outro.

Essas marcas não se apagam com decretos. A forte presença da hierarquia e do autoritarismo na vida social brasileira, ainda hoje, caracteriza a relação dos “senhores” com os seus empregados. As mentalidades não se forjam no passado recente, apenas. Temos que olhar para trás e ver como se constituíram através do tempo. O eu e o outro, nascidos com a mera possibilidade da escravidão, a alteridade radical que ela pressupõe, permanecem atuantes e presentes no imaginário nacional, modificados, talvez, pelo transcurso do tempo e a mudança das instituições, mas dicotômicos ainda nas novas formas de segregação e de menoridade social.

Existem hoje propostas e soluções para o problema dos jovens das classes populares, nas quais, mesmo mediadas pela consciência dos direitos humanos, ecoam ainda as palavras dos industriais paulistas que, em 1930, defendiam a não redução das longuíssimas jornadas de trabalho dos menores, alegando que “o menor desocupado (...) estava com as portas escancaradas para o vício e o crime” (FOOT e LEONARD, 1982: 213).

Os operários, aos quais se dedicou a psicologia, são recentes em nossa história. Se desde meados do século XIX já se encontram algumas fábricas no Brasil, as primeiras com as características de grande indústria não nasceram antes deste século. O setor manufatureiro, que existia durante a colônia, era

² A respeito, ver também o excelente livro de Eduardo Silva (1997), que trata de figura curiosa que frequentava a corte de D. Pedro II. Sobre os escravos domésticos, pode-se consultar Graham (1992).

quase artesanal e fabricava tecidos para as vestimentas dos escravos, preparava fumo de corda, produzia azeite de baleia para a iluminação pública ou outros artigos que não se podia, ou não compensava, importar.

Havia também artífices, homens livres alguns, outros escravos e ex-escravos. Distinguiam-se dos proletários porque não eram assalariados e realizavam um trabalho de fabricação —com começo, meio e fim—, dominavam as regras da produção e controlavam o seu processo. Possuíam os instrumentos indispensáveis ao ofício e comercializavam livremente o produto do seu trabalho. Eram seleiros, sapateiros, carpinteiros, serralheiros, ourives, tanoeiros, chapeleiros.

Spix e Martius, viajantes que estiveram no Brasil nos meados do século XIX tentaram contar o número de artesãos existentes na província do Maranhão. Em que pesem as possíveis falhas de tal censo, é interessante notar que encontraram 3.949 artífices, dos quais 2.985 eram escravos e 964 livres. A presença do escravo no artesanato tornava ainda mais peculiar essa produção no Brasil (idem: 115).

Os artífices especializados não se sentiam inclinados a serem confundidos ou identificados com os escravos, com os trabalhadores não qualificados ou com aqueles de ocupações incertas e inconstantes.

A manufatura empregava mulheres e crianças, estas mesmo de preferência aos adultos. Como a voracidade capitalista é a mesma em toda parte, escutamos ecos de Foucault³, que nos fala sobre o “aproveitamento” industrial das crianças dos orfanatos na França. Aqui, muitos dos menores eram recrutados nos asilos de órfãos e nas instituições de caridade. Muitas dessas crianças não tinham mais de 10 anos e trabalhavam o mesmo número de horas que os adultos. Havia inúmeros casos de meninos e meninas de cinco ou seis anos trabalhando 12 horas diárias na indústria têxtil.

Em 1869, quando a tecelagem São Luis de Itu foi fundada, um jornal local se felicitou com esse acontecimento prevendo para os menores

³ Sobretudo, em *Vigiar e punir*. Para Foucault, a prisão, a escola, o exército e a fábrica têm origem nas mesmas necessidades históricas de instituir controles que vão se inscrever nos próprios corpos dos sujeitos.

uma ocupação mais útil do que a vagabundagem em que vivem nesta cidade do interior de São Paulo (*idem*: 116).

Quem são os primeiros proletários? De início, a camada mais pobre da população urbana. Depois, um número crescente de imigrantes europeus. As condições de existência desses proletários eram as piores possíveis e as descrições que possuímos —não muitas, é verdade— repetem as descrições feitas por Marx das condições de trabalho na Inglaterra da metade do século passado, em seu livro *O capital*, sobre a jornada de trabalho. Aqui, como lá, com quase um século de atraso, a mais-valia era obtida também pelo prolongamento da jornada de trabalho.

No setor têxtil, onde predominava a grande indústria, encontravam-se, normalmente, os casos limites de jornadas mais extensas: por exemplo, na fábrica de tecidos Santa Rosália, na periferia de Sorocaba, a jornada chegava a 15 horas diárias, das 5 da manhã às 8 da noite, indo de 'estrelas a estrelas'. Porém a isto agregava-se a utilização massiva e apropriação pelo capital da força de trabalho de menores e mulheres, submetendo por completo a família proletária às condições da produção fabril (*idem*: 179).

Difícil é saber, com certeza, qual a experiência desses homens e mulheres. Não possuímos documentos de seu cotidiano porque há pouca história sobre estes primeiros operários. Para encontrá-la é preciso desvencilhar-se da história oficial, e procurá-la nas entrelinhas dos relatórios da polícia⁴, das comissões de saúde pública ou nas publicações dos ativistas políticos. E, evidentemente, na literatura.

Os relatos que começam a ganhar espaço nos livros de história permitem entrever um enorme sofrimento. Esse sofrimento aparece expresso nas muitas greves e revoltas que marcaram o princípio da industrialização e o surgimento das associações de operários. Não se pense que o Brasil urbano foi sempre um cenário tranquilo e que o povo aceitou com submissão e passividade as injustiças a que estava exposto. Há um

⁴ Ver, a respeito, o livro de Maria Odila Dias (1984). Foi através de pesquisa em processos do judiciário que ela conseguiu identificar modos de agir das mulheres pobres em São Paulo, que lhes permitiam ganhar a vida, apesar das perseguições policiais de que eram vítimas.

número muito grande de revoltas nas cidades, no Rio, em Salvador, no Recife e em São Paulo⁵. Os jornais proletários publicam os relatos de “ativistas entre as costureiras de São Paulo que se queixavam de labutar até dezesseis horas por dia, saindo para trabalhar às sete horas da manhã e voltando para casa às onze horas da noite” (HAHNER, 1993: 202).

Ainda piores do que os trabalhos fabris eram, no entanto, os serviços domésticos, que nunca receberam muita atenção de ativistas. Em 1920, as mulheres que trabalhavam como domésticas, no Rio, representavam 19,3% da população feminina. Esses empregos nem mesmo eram remunerados, não tinham hora de entrada ou de saída, não deixavam às mulheres, ou meninas, qualquer liberdade pessoal ou privacidade. Será que essa experiência de trabalho acabou? Talvez. Mas muitas mulheres que hoje têm entre 45 e 50 anos viveram, meninas ainda, essa experiência do trabalho doméstico no interior de Minas Gerais. Em seus relatos, a dor maior é a da solidão: não compartilham com ninguém o esforço que fazem, a aflição ou temor que sentem. Estão sós entre estranhos e há uma enorme distância entre quem faz e quem manda. Os cuidados com o crescimento, o carinho com a infância não se estendem além da classe: a quase menina que cuida das crianças dos outros, mas à noite é segregada e se recolhe ao seu quartinho com uma lamparina e com saudades dos seus não é, para os patrões, uma menina, mas um objeto que trabalha. As imagens recolhidas, que contam o sofrimento no trabalho, são inesquecíveis porque não foram construídas com o objetivo de como ver o ouvinte. São lembranças do trabalho e de seu peso que inclui o abandono, a indiferença, a humilhação⁶.

É interessante pensar que a psicologia só chegou a formular a ideia de sofrimento no trabalho há pouco tempo. Mesmo esse sofrimento, quando estudado por Dejours, diz respeito ao trabalho industrial e à organização

⁵ Veja-se o trabalho, muito interessante, não apenas sobre as revoltas urbanas, tais como a Revolta da Carne sem Osso ou a do Vintém, como sobre as condições de vida nas cidades brasileiras de 1870 a 1920, de June Hahner (1993).

⁶ Em Leser (1988), cito esses depoimentos, longos, dolorosos, das crianças submetidas desde cedo ao trabalho “na casa dos outros”.

desse trabalho, vendo aí as raízes do sofrimento psicológico. Mas a dor é muito anterior. Há uma palavra de Camus que eu prezo demais, porque parece esquecida nestes tempos de estudos da significação.

No apego de um homem à sua vida, há qualquer coisa de mais forte que todas as misérias do mundo. O juízo do corpo vale bem aquele do espírito e o corpo recua diante do aniquilamento. Adquirimos o hábito de viver antes de adquirir o de pensar. Nesta corrida que nos precipita todos os dias um pouco mais para a morte, o corpo guarda este avanço irreparável (CAMUS, 1942: 20).

Talvez seja mesmo desse poder do corpo sobre o espírito aquilo de que estamos falando quando assinalamos ser preciso pensar a questão do longo padecimento que o trabalho representa na vida dos pobres. Dizer que é um padecimento preso às significações do trabalho, ao seu enorme potencial de desumanização, é muito pouco. Remetê-lo à submissão aprendida pelos subalternos também não resolve o problema. Situá-lo no interior da organização do trabalho é deixar, num país como este, milhões de trabalhadores à espera de um olhar compreensivo.

Claro está que o trabalho industrial ganhou a dimensão de paradigma do aprisionamento do proletário no interior do sistema capitalista. Ele potencializou a dominação sobre o corpo e alma, ao mesmo tempo que se afirmava a partir da “liberdade” do trabalhador. Conseguiu extorquir do trabalhador pobre aquilo que os anos todos de servidão não conseguiram tirar do escravo: sua aquiescência à dominação.

Nada parece mais claro do que o futuro desta sociedade global administrada: alguns serão admitidos às benesses do capitalismo; a grande maioria ficará de fora, às margens, num processo sempre maior de espoliação, pois ao sofrimento no trabalho acrescentar-se-ão a angústia pela sobrevivência do amanhã e a impotência diante do futuro. Serão tempos difíceis para o povo miúdo, que verá o desaparecimento de alguns direitos pelos quais lutou muito tempo. Castoriadis, no entanto, coloca uma questãozinha, que pode ser um alento:

Nesta atividade social fundamental que é o trabalho, e nas relações de produção onde esse trabalho se efetua, a organização capitalista apresenta-se, desde o seu início, como dominada por um conflito central. Os trabalhadores só aceitam pela metade e executam, por assim dizer, com uma só mão as tarefas que lhes são atribuídas (CASTORIADIS, 1982: 99).

Acrescenta que todo o esforço do capitalismo tem sido no sentido de igualar o trabalhador à máquina. No entanto, no dia em que isso acontecesse, a fábrica pararia.

Podemos tomar essas palavras como uma pista do que aqui se quer dizer: as máquinas não sofrem, os homens sim. O sofrimento, mesmo na ausência de qualquer outro indício, é fonte de esperança. Em cada uma das manifestações de desacordo que podemos detectar nos movimentos da sociedade: do inconformismo dos jovens às lutas dos sem-terra, dos sem-teto, dos sem tudo, escutamos o discurso do outro que proclama a sua autonomia: “Existe a possibilidade permanentemente atualizável de olhar, objetivar, colocar à distância e finalmente transformar o discurso do Outro em discurso do sujeito” (*idem*: 127).

A história nos dá indicações ambivalentes quanto ao futuro do trabalho e do sujeito no trabalho. Se o trabalho e as condições de sua realização forem o centro da reflexão e o objeto da psicologia, creio que estaremos escolhendo um tipo de futuro. Se, ao contrário, o sujeito for o centro do trabalho, estaremos escolhendo outro futuro, de conspiradores, de aventureiros⁷. Não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sabendo que sua realização só pode ser concebida como empreitada coletiva.

Desejo louvar, pois, aqueles que, antes de nós, e mergulhados no silêncio a que foram reduzidos na noite da história oficial, tiveram a ousadia de dizer não. Mas também quero louvar os que não o fizeram, pois com todos partilhamos, de uma ou de outra maneira, a herança da resistência.

⁷ Proposta de Heliana de Barros Conde Rodrigues, bem colocada em Rodrigues (1999).

Referências bibliográficas

- CAMUS, A. *Le Mythe de Sisyphe*. Paris, Gallimard, 1942.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHALHOUB, S. *Visões de liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- DIAS, M.O.L. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOOT, F. e LEONARD, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- FREIRE, G. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GRAHAM, S.L. *Proteção e obediência*. São Paulo: Cia das Letras, 1992
- HAHNER, J. *Pobreza e política*. Brasília: Edunb, 1993
- LESER, S. *Trabalho e sobrevivência*. São Paulo: Ática, 1988.
- LORAUX, N. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: Editora 34, s.d.
- RODRIGUES, H.B.C. “Compreensão e crítica da Psicologia do trabalho: Relatos e recortes sobre formação em saúde mental do trabalhador” in SILVA FILHO, J.F. e JARDIM, S (orgs.) *A danação no trabalho*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.
- SILVA, E. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.